

## POETA ANÍSIO SILVA (PROFESSOR SHELL)

Muito além do currículo:  
O Professor que fez da palavra um abraço.



### LANÇAMENTO

**VERBO: A POESIA QUE FERRE E PERMANECE**

O REAL, A MEMÓRIA E A HUMANIDADE NOS VERSOS INQUIETANTES DE ANÍSIO SILVA.



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/gzrygp96>

**Editor Responsável:** Antônio Raimundo Pereira Medrado  
**Editor correspondente (ANGOLA):** Manuel Francisco Neto

**Coordenação editorial:**

Ana Paula de Lima  
Andreia Fernandes de Souza  
Isac dos Santos Pereira  
José Wilton dos Santos  
Patrícia Martins da Silva Rede  
Vilma Maria da Silva

**Coordenação editorial (Angola):**

Manuel Francisco Neto  
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

**Com. de Avaliação e Leitura:**

Prof. Dr. Adelson Batista Lins  
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt  
Profa. Esp. Ana Paula de Lima  
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza  
Profa. Bianca de Assis Pirahy  
Profa. Dra. Denise Mak  
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)  
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira  
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)  
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)  
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza  
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)  
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo  
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

**Bibliotecária:**

Patrícia Martins da Silva Rede

**Colunistas:**

Prof. Dr. Adelson Batista Lins  
Profa. Bianca de Assis Pirahy  
Prof. Dr. Isac Chateaufeuf  
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)  
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva  
Prof. Me. José Wilton dos Santos  
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

**Web-edição:**

T.I Lee Anthony Medrado

**Assessoria Jurídica**

Júlio César dos Santos  
OAB/SP 344263

**Contatos**

Tel. 55(11) 99543-5703  
Whatsapp: 55(11) 99543-5703  
[primeiraevolucao@gmail.com](mailto:primeiraevolucao@gmail.com) (S. Paulo)  
[netomanuelfrancisco@gmail.com](mailto:netomanuelfrancisco@gmail.com) (Luanda)  
<https://primeiraevolucao.com.br>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 65 (jun. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 320 p. : il. color

**Bibliografia**

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/gzrygp96>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo  
[www.livroalternativo.com.br](http://www.livroalternativo.com.br)

CNPJ: 28.657.494/0001-09

## 05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

## 07 Sobre quem joga e quem assiste: lugares que ensinamos a ocupar

Mirella Clerici

## 10 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

## 14 Convivência em foco – “Programa EntreNós”

Cleia Teixeira da Silva e Jose Wilton dos Santos

## 20 POIESIS

J. Wilton

## 23 Poeta Anísio Silva (Professor Shell)

Muito além do currículo: o professor que fez da palavra um abraço



## ARTIGOS

1. A ESTRATÉGIA DAS RECEITAS PÚBLICAS NO SISTEMA FISCAL ANGOLANO (CASO DA TERCEIRA REGIÃO TRIBUTÁRIA LUANDA-BENGO)

Adão Pacheco Valentim/Domingos Fernando Cassuende Lucunde 31

2. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “FAMÍLIA TAMBÉM CONTA HISTÓRIAS

Ana Claudia Souza Silva 36

3. A FRACA ASSIMILAÇÃO E BAIXO RENDIMENTO DOS ALUNOS DO LICEU REI CILULU VANGUEVANGUE - CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO

Angelino Wambo Tchaluete/Walter Albino António Sassoma 42

4. O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS

Antonia Elcinda Alves Rodrigues 48

5. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO

Augusto Hudson Simeão 53

6. ANÁLISE FARMACOTERAPÉUTICA DOS ANTIRRETROVIRAIS EM PACIENTES ATENDIDOS NO HOSPITAL GERAL DO KILAMBA KIAXI

Capuma Ernesto Eduardo /Daniel Tchilala Luciano /Wilson Valdemar Gomes Anilba 60

7. RECURSO DE APELAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

Chiquito Afonso Fernando Domingos/Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva 65

8. O IMPACTO SOCIAL DA CORRUPÇÃO EM ANGOLA: EFEITOS NA DESIGUALDADE SOCIAL E NO ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Cipriano de Jesus Plácido da Silva /Constantino João Manuel 74

9. A MOTIVAÇÃO LABORAL E O DESEMPENHO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO PRIVADO DO KILAMBA

Constantino João Manuel 80

10. CRIMINALIDADE NO BAIRRO CANDOMBE VELHO, MOTIVOS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES

Daniel Cordeiro 87

11. DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EQUIDADE NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Daniela dos Santos Magalhães 93

12. PLANEJAMENTO DOCENTE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Denise Teixeira Santos Menezes 99

13. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTORIA DOCENTE NA DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: POSSIBILIDADES, LIMITES E CRITÉRIOS ÉTICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Diego Agostinho Dynczki 106

14. O PAPEL DA LIDERANÇA NO DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ESTUDO REALIZADO À COMUNIDADE ACADÊMICA DO ISIA E ISPK – 2025/2026

Edson da Conceição Graça /Rogério Agrey Moisés Jonas 115

15. FUGA À PATERNIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNICÍPIO DO CUITO-BIÉ NO ÂMBITO DO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

Eduardo Custódio Domingos Nunqulo 124

16. EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CONECTANDO CONHECIMENTO, CIDADANIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Emanuel Ramos Barra 130

17. APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO MOVIMENTO E DA EXPRESSÃO CORPORAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO

Glauçimer Silva Batista de Almeida 136

18. QUANDO O TEMPO SE TORNA TERRITÓRIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Jennyfer Christiane Barboza de Jesus 144

19. O PAPEL DO PROFESSOR NA MOTIVAÇÃO DO ALUNO NO INSTITUTO TÉCNICO DE SAÚDE Nº 110 DE SAURIMO-ANGOLA

João Miranda Tumba 154

20. CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE CUIDADO E APRENDIZAGEM

Jordânia de Brito 161

21. INFLUÊNCIA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS(CASO DO HOSPITAL MUNICIPAL DO ZANGO NO PERÍODO DE 2024-2025)

Julietta Elisa André Panzo Tchitungo 168

22. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Lilian Silvana Minho Zanetta 176

23. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SISTEMA JURÍDICO ANGOLANO NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO E DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO

Luzia Feijó Sebastião/Constantino João Manuel 182

24. A MÚSICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Lusilene da Rocha Alves 189

25. A GESTÃO ESCOLAR NO SECTOR PRIMÁRIO E DO II CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO: UMA PERSPECTIVA DAS DIRECTORAS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE LUANDA

Madalena Nascente Cardoso João 195

26. O ACESSO À JUSTIÇA PELAS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA EM ANGOLA: BARREIRAS ESTRUTURAIS E MECANISMOS DE INCLUSÃO

Manuel António da Silva Lemos /Constantino João Manuel 204

27. ATRIBUIÇÃO CAUSAL COMO UM FATOR CRUCIAL PARA O RENDIMENTO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES

Manuel Francisco Neto 210

28. ARTETERAPIA E SAÚDE MENTAL: FUNDAMENTOS, EVIDÊNCIAS, LIMITES E DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO NO CUIDADO INTEGRAL

Marcelo Santos de Mascarenhas 216

29. A PROTECÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTO DE CRISE SOCIOECONÓMICA EM ANGOLA: DESAFIOS INSTITUCIONAIS E MECANISMOS DE GARANTIA

Maria Teresa da Costa Garcia /Constantino João Manuel 225

30. MEDIAÇÕES, CONFLITOS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICASMOIZES ANTONIO DOS SANTOS

Ngombo Rodrigues Lucau 232

31. O USO DO SOFTWARE GEOGEBRA NO ESTUDO DAS FUNÇÕES EXPONENCIAIS NO 1.º ANO DO CURSO DE ENSINO DA MATEMÁTICA

Pedro Nzuzi 243

32. DESEMPREGO JUVENIL NA CIDADE DE LUANDAUM ESTUDO REALIZADO NO BAIRRO ROCHA PINTO

Sandra Horacio 258

33. EDUCAÇÃO DO CAMPO, DIVERSIDADE CULTURAL E A BNCC NO BRASIL

Santos Augusto Mussamo /Constantino João Manuel 264

34. LITERACIA FISCAL E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS EM ANGOLA: EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA FISCAL

Santos Filipe 271

35. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DO 4º ANO DO CURSO DE ANÁLISES CLÍNICAS E SAÚDE PÚBLICA DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE OLINDA RODRIGUES, NO I SEMESTRE DE 2025

Sebastião Alcino Gonçalves 279

36. O ESTÁGIO ACADÊMICO COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR EM MALANJE

Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira 287

37. A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Solange Aparecida Silva 293

38. ARTE, EXPRESSÃO SIMBÓLICA E DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL NA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA ARTE-EDUCAÇÃO E LIMITES DA ARTETERAPIA

Suellen Vidal Araújo da Silva 303

39. A RODA DE CONVERSA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Viviane Marcia Santos de Mascarenhas 309



## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Lilian Silvana Minho Zanetta<sup>1</sup>

**RESUMO:** A educação inclusiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental constitui um princípio essencial para a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas diferenças e necessidades. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da educação inclusiva nesse segmento, a partir de uma revisão bibliográfica fundamentada em políticas educacionais e práticas pedagógicas. Os resultados evidenciam que a efetivação da inclusão escolar demanda adaptações curriculares, reorganização das práticas docentes e fortalecimento da formação inicial e continuada dos professores. Contudo, ainda se identificam desafios importantes, como a insuficiência de recursos pedagógicos, fragilidades na formação docente e dificuldades na implementação de estratégias inclusivas no cotidiano escolar. Conclui-se que a educação inclusiva é indispensável para a construção de uma escola mais democrática, equitativa e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado (AEE). Desenvolvimento escolar. Diversidade. Inclusão escolar.

### INTRODUÇÃO

A educação inclusiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental configura-se como um campo central nas discussões contemporâneas sobre o direito à educação e a consolidação de uma escola democrática. Essa perspectiva parte do princípio de que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou culturais, devem ter assegurados o acesso, a participação e a aprendizagem no espaço escolar. Dessa forma, a inclusão ultrapassa a simples matrícula do aluno, exigindo mudanças estruturais nas práticas pedagógicas e na organização das instituições de ensino.

No contexto educacional, a educação inclusiva pressupõe o reconhecimento da diversidade como

elemento constitutivo e enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem. Isso implica a necessidade de a escola considerar diferentes formas de aprender, respeitando os ritmos, tempos e especificidades de cada estudante. Para isso, torna-se fundamental a construção de práticas pedagógicas flexíveis, planejadas e intencionalmente voltadas à promoção da equidade e da qualidade na educação.

Além disso, a inclusão nos anos iniciais do Ensino Fundamental assume grande relevância por se tratar de uma etapa decisiva do desenvolvimento humano, na qual são construídas bases cognitivas, sociais e emocionais fundamentais. Nesse período, as experiências escolares e a mediação pedagógica exercem influência significativa na formação dos estudantes, o que torna indispensável a garantia de um

<sup>1</sup> Pedagoga com especialização em Gestão, Arte e Educação; Pós graduação em Educação Especial e Literatura. Professora de Educação Infantil, PEI na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP. [lilian.zanetta@hotmail.com](mailto:lilian.zanetta@hotmail.com)

ambiente escolar acolhedor, acessível e estimulador para todos.

Entretanto, a efetivação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios importantes no cotidiano escolar. Entre eles, destacam-se a fragilidade na formação docente, a insuficiência de recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como as dificuldades relacionadas à adaptação curricular. Em muitos contextos, observa-se ainda a permanência de práticas pedagógicas tradicionais que não contemplam a diversidade presente nas salas de aula, o que pode comprometer o processo de inclusão.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender a educação inclusiva como um direito fundamental e um princípio orientador das práticas educativas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Considera-se que a reflexão sobre essa temática contribui para o fortalecimento de uma escola mais justa, democrática e comprometida com o desenvolvimento de todos os estudantes.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da educação inclusiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Como objetivos específicos, busca-se compreender os fundamentos teóricos da inclusão escolar, identificar os principais desafios enfrentados pelas escolas em sua implementação e discutir práticas pedagógicas que favoreçam esse processo. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam a temática.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, DESAFIOS E CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PARA TODOS**

A educação inclusiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental constitui um dos principais avanços e, ao mesmo tempo, desafios das políticas educacionais contemporâneas. Trata-se de uma perspectiva que visa assegurar o direito de todos os estudantes à aprendizagem, respeitando suas singularidades e promovendo sua participação efetiva no ambiente escolar. Nesse sentido, a escola precisa reorganizar suas práticas e estruturas para responder à diversidade presente em suas salas de aula.

A inclusão escolar parte do princípio de que todos os estudantes são capazes de aprender, desde que tenham garantidas condições adequadas de ensino. Nesse contexto, Mantoan (2015) destaca que a educação inclusiva exige uma mudança de paradigma, superando práticas excludentes e compreendendo a diversidade como elemento constitutivo da própria escola, e não como exceção ao processo educativo.

As políticas públicas brasileiras também reforçam essa perspectiva ao estabelecer a inclusão como direito. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) assegura o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, o que demanda reorganização pedagógica, institucional e curricular.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa discussão ganha ainda mais relevância, pois se trata da etapa de consolidação das bases da escolarização formal. Libâneo (2013) ressalta que o ensino deve ser planejado considerando as características dos estudantes, o que exige intencionalidade pedagógica e a adoção de estratégias diferenciadas para garantir a aprendizagem de todos.

Nesse processo, a formação docente assume papel central. Nóvoa (2022) destaca que o desenvolvimento profissional do professor é contínuo e se constrói na articulação entre teoria e prática. A ausência de formação consistente pode dificultar a implementação de práticas realmente inclusivas no cotidiano escolar.

Outro aspecto fundamental refere-se à adaptação curricular, compreendida como estratégia para atender às diferentes necessidades dos estudantes. Glat e Pletsch (2012) afirmam que essas adaptações podem ocorrer em diferentes níveis — objetivos, conteúdos, metodologias e formas de avaliação — sem comprometer o direito à aprendizagem, mas garantindo maior flexibilidade ao processo educativo.

A mediação pedagógica também se destaca como elemento essencial da inclusão. Segundo Vygotsky (2007), o desenvolvimento humano ocorre a partir das interações sociais, sendo o professor mediador responsável por promover aprendizagens significativas dentro da zona de desenvolvimento proximal dos estudantes.

Além disso, o trabalho colaborativo entre profissionais da educação contribui significativamente para o fortalecimento da inclusão escolar. Capellini e Rodrigues (2019) apontam que a articulação entre professores regulares e especializados possibilita a construção de estratégias mais efetivas, ampliando as possibilidades de intervenção pedagógica.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) atua como suporte complementar ao ensino regular. Conforme Brasil (2008), o AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à aprendizagem, sem substituir a escolarização do estudante.

A avaliação, quando pensada sob uma perspectiva inclusiva, também precisa ser ressignificada. Hoffmann (2018) defende uma avaliação processual, contínua e formativa, que respeite os diferentes ritmos de aprendizagem e evite práticas classificatórias e excludentes.

Os recursos pedagógicos acessíveis, incluindo tecnologias assistivas, são igualmente fundamentais para garantir a participação de todos os estudantes. Bersch (2017) destaca que essas tecnologias ampliam a autonomia e a comunicação de alunos com deficiência, favorecendo sua inclusão no processo educativo.

O espaço escolar, por sua vez, exerce influência direta na aprendizagem. Horn (2017) enfatiza que o ambiente deve ser planejado para favorecer a interação, a exploração e a autonomia das crianças, contribuindo para práticas pedagógicas mais inclusivas e significativas.

A participação da família também se mostra essencial nesse processo. Dessen e Polonia (2007) ressaltam que a parceria entre escola e família fortalece o desenvolvimento infantil e auxilia na superação de dificuldades, sendo indispensável uma relação contínua e colaborativa.

A inclusão escolar envolve ainda o reconhecimento da diversidade cultural e social dos estudantes. Para Mantoan (2015), a escola deve valorizar as diferenças como parte constitutiva do processo educativo, promovendo uma cultura de respeito, equidade e convivência democrática.

As metodologias ativas surgem como estratégias que favorecem a inclusão, ao estimular o protagonismo dos estudantes. Bacich e Moran (2018) destacam que essas abordagens possibilitam diferentes formas de aprendizagem, ampliando a participação e o engajamento dos alunos.

O planejamento pedagógico também se apresenta como elemento estruturante das práticas inclusivas. Libâneo (2013) afirma que o planejamento orienta a intencionalidade do ensino e permite ajustes necessários às demandas dos estudantes, garantindo maior coerência às ações educativas.

A formação continuada dos professores permanece como condição indispensável para o avanço da inclusão. Nóvoa (2022) reforça que o professor precisa refletir constantemente sobre sua prática, reconstruindo saberes e ampliando sua atuação pedagógica.

Além dos aspectos cognitivos, a inclusão envolve dimensões emocionais e sociais do desenvolvimento infantil. Oliveira (2020) destaca que a criança se desenvolve de forma integral, sendo fundamental que a escola considere essas múltiplas dimensões no processo educativo.

O trabalho interdisciplinar também contribui para uma aprendizagem mais significativa. Fazenda (2018) aponta que a integração entre áreas do conhecimento favorece uma visão mais ampla e contextualizada do processo de ensino e aprendizagem.

As tecnologias digitais, quando utilizadas de forma pedagógica, ampliam as possibilidades de inclusão. Bacich e Moran (2018) destacam que esses recursos favorecem a interação, a criatividade e a construção do conhecimento, desde que mediadas adequadamente pelo professor.

Ao analisar as contribuições de Mantoan (2015) e Brasil (2008), observa-se que ambos defendem a inclusão como um direito fundamental, embora sob perspectivas complementares: enquanto Mantoan enfatiza a transformação do paradigma escolar, o documento oficial reforça a garantia legal e institucional da inclusão.

Na relação entre Vygotsky (2007) e Glat e Pletsch (2012), percebe-se convergência quanto à importância da mediação e da flexibilização do ensino.

O primeiro destaca o papel das interações sociais no desenvolvimento, enquanto os segundos enfatizam a adaptação curricular como suporte à aprendizagem.

Ao articular Hoffmann (2018) e Nóvoa (2022), evidencia-se a defesa de uma prática docente reflexiva. Hoffmann contribui ao propor uma avaliação formativa, enquanto Nóvoa reforça a formação contínua como eixo estruturante do trabalho docente.

Por fim, ao considerar Capellini e Rodrigues (2019), Bersch (2017) e Horn (2017), observa-se uma convergência em torno da ideia de que a inclusão depende da articulação entre colaboração profissional, recursos acessíveis e organização adequada do espaço escolar, compondo uma visão integrada do processo inclusivo nos anos iniciais.

### **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NOS ANOS INICIAIS: METODOLOGIAS, AVALIAÇÃO E MEDIAÇÃO DOCENTE**

As práticas pedagógicas inclusivas nos anos iniciais do Ensino Fundamental demandam uma reorganização do trabalho docente, de modo a garantir a participação efetiva de todos os estudantes no processo de aprendizagem. Nesse cenário, a escola precisa reconhecer a diversidade como característica constitutiva da sala de aula, planejando ações pedagógicas que respondam às diferentes necessidades educacionais presentes no cotidiano escolar.

A perspectiva inclusiva rompe com modelos tradicionais de ensino baseados na homogeneização dos estudantes. Mantoan (2015) destaca que a escola inclusiva pressupõe o reconhecimento das singularidades dos sujeitos, compreendendo que cada estudante aprende de maneira própria. Nesse sentido, o papel do professor envolve a construção de estratégias flexíveis e sensíveis às diferenças.

O planejamento pedagógico assume centralidade nesse processo, uma vez que orienta e organiza a prática docente. Libâneo (2013) enfatiza que o planejamento deve assegurar intencionalidade ao ensino, considerando os diferentes ritmos e formas de aprendizagem, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse contexto, a mediação docente torna-se elemento fundamental para o desenvolvimento dos estudantes. Vygotsky (2007) compreende o

aprendizado como resultado das interações sociais, destacando o professor como mediador entre o sujeito e o conhecimento, responsável por promover avanços na aprendizagem por meio de intervenções significativas.

A adaptação curricular também se apresenta como uma estratégia essencial para garantir a inclusão escolar. Glat e Pletsch (2012) apontam que essas adaptações podem ocorrer em diferentes dimensões do currículo, como objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação, assegurando o acesso ao conhecimento sem comprometer o direito à aprendizagem.

As metodologias ativas contribuem de forma significativa para esse processo, ao promoverem maior participação dos estudantes. Bacich e Moran (2018) destacam que estratégias como projetos e resolução de problemas favorecem o protagonismo discente, permitindo diferentes caminhos de aprendizagem e tornando o ensino mais dinâmico e acessível.

Além disso, o uso de recursos pedagógicos diversificados amplia as possibilidades de aprendizagem. Bersch (2017) ressalta que a tecnologia assistiva contribui para a autonomia, comunicação e participação dos estudantes com deficiência, fortalecendo sua presença nas atividades escolares.

O espaço físico da escola também exerce influência direta no processo inclusivo. Horn (2017) enfatiza que ambientes organizados de forma acessível, acolhedora e interativa favorecem a exploração, a autonomia e o desenvolvimento das crianças, contribuindo para práticas pedagógicas mais inclusivas.

A avaliação da aprendizagem, sob uma perspectiva inclusiva, precisa ser compreendida como parte do processo educativo. Hoffmann (2018) defende uma avaliação contínua e formativa, voltada ao acompanhamento das aprendizagens e ao reconhecimento dos avanços individuais, em contraposição a práticas classificatórias.

O trabalho colaborativo entre profissionais da educação fortalece a inclusão escolar. Capellini e Rodrigues (2019) destacam que a articulação entre professores da sala regular e da educação especial possibilita a construção de estratégias mais eficazes e ampliadas de intervenção pedagógica.

Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) atua como suporte complementar ao ensino regular. De acordo com Brasil (2008), o AEE tem como função identificar barreiras à aprendizagem e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, favorecendo a participação dos estudantes na escola.

A formação docente constitui outro elemento decisivo para a efetivação da inclusão. Nóvoa (2022) ressalta que o professor precisa estar em constante processo de formação, articulando teoria e prática para lidar com os desafios da educação contemporânea.

A participação da família também se mostra essencial nesse processo. Dessen e Polonia (2007) apontam que a parceria entre escola e família contribui para o desenvolvimento integral da criança, fortalecendo o acompanhamento e o sucesso escolar.

A inclusão escolar envolve, ainda, dimensões afetivas e sociais do desenvolvimento. Oliveira (2020) destaca que o desenvolvimento infantil ocorre de forma integrada, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais e sociais, os quais devem ser considerados no planejamento pedagógico.

As tecnologias digitais ampliam as possibilidades de aprendizagem inclusiva. Bacich e Moran (2018) ressaltam que seu uso pedagógico favorece a interação, a criatividade e a autonomia dos estudantes, desde que mediado de forma intencional pelo professor.

A interdisciplinaridade também contribui para práticas mais inclusivas. Fazenda (2018) afirma que a articulação entre diferentes áreas do conhecimento possibilita uma aprendizagem mais significativa, contextualizada e acessível a todos os estudantes.

A diversidade cultural presente na escola deve ser reconhecida como parte do processo educativo. Mantoan (2015) defende que a inclusão implica valorizar as diferenças e promover uma cultura escolar pautada no respeito e na equidade.

A ludicidade constitui outro recurso importante nos anos iniciais. Kishimoto (2017) destaca que o brincar favorece o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, tornando a aprendizagem mais significativa e participativa.

A linguagem e a comunicação também ocupam papel central no processo de inclusão. Soares

(2021) afirma que a oralidade constitui base para o desenvolvimento da escrita e deve ser estimulada por meio de interações significativas no ambiente escolar.

A escuta sensível do professor é fundamental para compreender as necessidades dos estudantes. Rinaldi (2016) enfatiza que escutar a criança implica reconhecer suas múltiplas formas de expressão e valorizar sua participação ativa no processo educativo.

Ao articular as contribuições de Vygotsky (2007) e Glat e Pletsch (2012), observa-se uma convergência em relação à importância da mediação e da adaptação pedagógica, ainda que sob perspectivas distintas: o primeiro enfatiza as interações sociais como base do desenvolvimento, enquanto os segundos destacam a flexibilização curricular como suporte à aprendizagem.

Na relação entre Hoffmann (2018) e Nóvoa (2022), evidencia-se a defesa de uma prática docente reflexiva e contínua. Hoffmann contribui ao compreender a avaliação como acompanhamento do processo de aprendizagem, enquanto Nóvoa reforça a formação permanente como eixo estruturante da atuação docente.

Por fim, ao aproximar as contribuições de Mantoan (2015), Capellini e Rodrigues (2019) e Bersch (2017), identifica-se uma convergência em torno da construção de uma escola inclusiva baseada na colaboração entre profissionais, no uso de recursos pedagógicos acessíveis e na valorização da diversidade, evidenciando que a inclusão depende de ações articuladas e integradas no cotidiano escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental constitui um direito fundamental e um princípio estruturante para a consolidação de uma escola mais democrática e equitativa. A partir da revisão bibliográfica realizada, compreende-se que a inclusão escolar não se restringe ao acesso dos estudantes à instituição de ensino, mas envolve, sobretudo, a garantia de participação, aprendizagem e desenvolvimento de todos, respeitando suas singularidades e necessidades educacionais.

As análises desenvolvidas evidenciam que a efetivação da educação inclusiva depende de um

conjunto articulado de fatores, entre os quais se destacam a formação inicial e continuada dos professores, a reorganização das práticas pedagógicas, a flexibilização curricular e a disponibilização de recursos pedagógicos acessíveis. Soma-se a isso a relevância da mediação docente, do trabalho colaborativo entre os profissionais da educação e da parceria entre escola e família, elementos que fortalecem o processo de inclusão no cotidiano escolar.

Dessa forma, observa-se que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental representa um desafio contínuo, mas também um caminho possível e necessário para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda que existam limitações estruturais e formativas, as discussões teóricas indicam avanços importantes e reforçam a necessidade de compromisso coletivo, investimento em formação docente e valorização da diversidade como princípio educativo.

## REFERÊNCIAS

- BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BERSCH, Rita. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva**. Porto Alegre: CEDI, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação inclusiva**: fundamentos e práticas pedagógicas. Marília: ABPEE, 2019.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia, Ribeirão Preto**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 2018.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- HORN, Maria da Graça Souza. **Espaços e ambientes na educação infantil**. Porto Alegre: Penso, 2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.
- NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1-15, 2022.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2020.
- RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia**: escutar,

investigar e aprender. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento na infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Revista a EVOLUÇÃO Brasil - Angola

65 ANO 2024 ISSN 2675-2573

**POETA ANÍSIO SILVA (PROFESSOR SHELL)**  
**Muito além do currículo:**  
 O Professor que fez da palavra um abraço.

LANÇAMENTO  
**VERBO: A POESIA QUE FERRE E PERMANECE**  
 O REAL, A MEMÓRIA E A HUMANIDADE NOS VERSOS INQUIETANTES DE ANÍSIO SILVA.

www.primeiraevolucao.com.br

**doi** <https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.65>



**COORDENAÇÃO:**  
 Prof. Dr. Manuel Francisco Neto  
 Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco  
 Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

**AUTORES(AS):**

Adão Pacheco Valentim e Domingos F. Cassuende Lucunde  
 Ana Claudia Souza Silva  
 Angelino Wambo Tchaluele e Walter Albino António Sassoma  
 Antonia Elcinda Alves Rodrigues  
 Augusto Hudson Simeão  
 Augusto Hudson Simeão  
 Capuma E. Eduardo, Daniel T. Luciano e Wilson V. Gomes Anilba  
 Chiquito Afonso F. Domingos e Gouveia de Oliveira N. da Silva  
 Cipriano de Jesus Plácido da Silva  
 Constantino João Manuel  
 Daniel Cordeiro  
 Daniela dos Santos Magalhães  
 Denise Teixeira Santos Menezes  
 Diego Agostinho Dynczuki  
 Edson da Conceição Graça e Rogério Agrey  
 Emanuel Ramos Barra  
 Glaucimer Silva Batista de Almeida  
 Jennyfer Christiane Barboza de Jesus  
 Jordânia de Brito  
 João Miranda Tumba  
 Julieta Elisa André Panzo Tchitungo  
 Lilian Silvana Minho Zanetta  
 Lusilene da Rocha Alves  
 Luzia Feijó Sebastião e Constantino João Manuel  
 Madalena Nascente Cardoso João  
 Manuel António da Silva Lemos e Constantino João Manuel  
 Manuel Francisco Neto  
 Marcelo Santos de Mascarenhas  
 Maria Teresa da Costa Garcia e Constantino João Manuel  
 Moizes Antonio dos Santos  
 Sandra Horacio  
 Santos Filipe  
 Sebastião Alcino Gonçalves  
 Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira  
 Solange Aparecida Silva  
 Suellen Vidal Araújo da Silva  
 Viviane Marcia Santos de Mascarenhas

Indexadores: \_\_\_\_\_



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Parceiros:

